CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 428/74

Interessado - Faculdade de Medicina de Jundiaí

Assunto - Consulta sobre matrícula de portadores de diploma de curso superior, sem exame vestibular

Relator - Cons. Paulo Nathanael Pereira de Souza

Parecer CEE nº 1165/74 - Conselho Pleno - Aprov. em 29/5/74

I - RELATÓRIO

1- A matéria objeto do Processo CEE-nº 428/74, que trata da matrícula de três graduados em Odontologia e Enfermagem, no curso médico da Faculdade de Medicina de Jundiaí, independentemente da prestação, pelos mesmos, de concurso vestibular e com aproveitamento de estudos já feitos, é controversa e tem merecido numerosos pareceres no Conselho Federal de Educação

2- Ao ser abordada nesta oportunidade, abre ensejo a que a discussão se diversifique e conduza, quiçá, a uma abertura ainda não estabelecida no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo.

Por isso solicitei volta do Processo.

3- O Conselho Federal de Educação, a quem cabe fazer a interpretação das leis de ensino, consagrou, por numerosos pareceres, os dois princípios que informam o presente caso, a saber:

1º) a possibilidade, desde que haja vaga, de graduados em curso superior matricularem-se em cursos outros que não os de sua graduação, sem passarem por concurso vestibular;

2º) a viabilidade de serem os estudos feitos nos cursos anteriores aproveitados no novo curso, com a promoção do aluno para estágios mais avançados do currículo. Aliás, este princípio está consagrado na Lei nº 5540/68, cujo artigo 23, § 2º diz:

"Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos".

E o Parecer nº 210 de 31/03/71, prolatado pelo eminente Conselheiro VALNIR CHAGAS na CESu do CFE, conforme se lê à fls. 243 da Documenta 125, consagrou o entendimento que se deve dar a casos como o que consta do presente processo.

4- O grande embaraço para que a Faculdade de Medicina de Jundiaí aceite a matrícula dos alunos e proceda ao aproveitamento de estudos anteriores por eles já cumpridos, está em que o Regimento da escola não prevê, como determina a lei, o mecanismo de aplicação desse princípio. Daí ter-se dirigido ao Conselho

em busca de suprimento da lacuna.

Entendo que o Conselho tem competência para autorizar a medida, dada a sua condição de órgão normativo do sistema. Entendo mais, que essa autorização deve ser casuística, eis que o tema, pela multiplicidade de situações que comporta, não se inclui entre aqueles que demandam normas gerais permanentes. Ao apreciar este tipo de matéria, deve, entretanto, o Colegiado permanecer no Plano da autorização ampla, sem avocar a si a análise de mérito no que diz respeito ao aproveitamento de estudos, tarefa que deve ser da estrita responsabilidade da escola, através dos seus departamentos competentes.

II - Conclusão- À vista do exposto, permito-me chegar às seguintes conclusões:

- a) a Faculdade de Medicina de Jundiaí, em havendo vaga na série a ser freqüentada pelo aluno, poder receber, em caráter excepcional, a matrícula dos requerentes, com a dispensa de prestação, pelos mesmos, do concurso vestibular;
- b) pode o mesmo estabelecimento de ensino proceder, pelos órgãos próprios da sua estrutura, à análise da documentação dos pleiteantes para, se for o caso e no que couber, respeitada a duração, nível e identidade dos estudos feitos, dispensá-los da repetição dos mesmos, nos termos do § 2º do artigo 23 da Lei 5540/68;
- c) compete à escola elaborar, à vista dos resultados obtidos na análise a que se refere a letra b, a programação especial de atividades, destinada a adaptar os alunos à vida escolar do curso de medicina;
- d) ficam, finalmente, todos os institutos isolados de ensino superior pertencentes ao sistema estadual com a faculdade de alterar os seus regimentos, para neles introduzir dispositivo que consagre o aproveitamento de estudos a que se refere o artigo 23, § 2º da Lei 5540/68, e devendo remeter a matéria,

ao Conselho Estadual de Educação para a devida apreciação. Ao procederem na forma desta autorização, devem as entidades referir-se expressamente aos três requisitos básicos que, para a matéria, fixou o CFE, através da jurisprudência que acumulou sobre o assunto: "a identidade de estudos, a igual intensidade desses estudos, a conexão das profissões". Ou, neste último caso, dos cursos de habilitações.

São Paulo, 29 maio de 1974

a) Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Sousa
Relator

III - Deliberação do Plenário:

O CEE aprova, por maioria, o voto do Cons. Paulo Nathanael Pereira de Souza, deliberando autorizar, nos termos de sua Conclusão, a matrícula dos alunos Walter Cóser, Eliana Maria Sanches Cibantos e Jayle Amaral de Módena, na Faculdade de Medicina de Jundiaí.

Foi vencido o voto do Relator, Cons. Moacyr Expedito Vaz Guimarães, subscreveram-no os Cons. A. Lopes Casali e Maria de Lourdes M. Haidar.

Foram, também, vencidos os votos dos Srs. Cons.: Frederico Pimentel Gomes, Therezinha Fram, Eloysio Rodrigues da Silva, Rivadávia Marques Jr., Rachel Gevertz e Wlademir Pereira.

Sala "Carlos Pasquale", aos 29 de maio de 1974

a) Cons. José Borges dos Santos Júnior
Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 428/74

Voto Vencido do Cons. Moacyr Expedito

Vaz Guimarães

HISTÓRICO: O Sr. Presidente da Congregação da Faculdade de Medicina de Jundiaí encaminha consulta a este Conselho sobre a pretensão de portadores de diploma de curso superior ingressarem em ano que não o 1º daquela Escola - curso médico - sem exames vestibulares, no caso de existência de vaga. Os interessados são: Walter Cóser, cirurgião-dentista, pela Faculdade de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Eliana Maria Sanches Cibantos e Jayle Amaral de Modena, formados pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da USP;.

O Sr. Walter Cóser, solicitou, inicialmente, matrícula no 3º ano médico da Faculdade de Medicina de Jundiaí, citando a seu benefício caso idêntico deferido pela Faculdade de Medicina de Sorocaba - após consulta aos órgãos federais. Posteriormente, solicitou o mesmo, matrícula para qualquer outro ano do mesmo curso.

Pronunciou-se sobre a matéria, por solicitação do mesmo, o assessor jurídico da Faculdade de Medicina de Jundiaí, que concluiu pela concessão da matrícula, nos termos do ofício nº 405/70, do CFE, exarado a favor da Faculdade de Medicina de Sorocaba: "em regime especial organizado pela Faculdade, que utilizará de critérios flexíveis de aproveitamento das matérias cursadas com mesma intensidade de estudos, devendo o candidato complementar as demais disciplinas do currículo mínimo estatuído para os cursos de Medicina". Concluiu, ainda, que à Congregação da Faculdade caberia decidir sobre o ano em que a matrícula poderia ser efetuada e, se necessário, feita a seleção dos candidatos. Também se pronunciou sobre a matéria o Sr. Diretor Geral do DAU, cujos termos são concordantes com o parecer do assessor jurídico da Faculdade.

FUNDAMENTAÇÃO: Foi a matéria analisada pela douta Assessoria Técnica deste Conselho, nos termos da legislação vigente. Se, por um lado, a Lei de Diretrizes e Bases dispõe sobre a obrigatoriedade de concurso de habilitação para ingresso em curso superior, a Portaria Ministerial de 14/2/58, os Pareceres CFE nº 18/ 65 e CEE nº 247/69 e 108/70, bem como o Decreto-lei nº 405/68, em seu artigo 2º, estendem a possibilidade de matrícula em curso superior, sem exame vestibular, aos portadores de diplomas de grau su-

perior, condicionada à existência de vagas, podendo o candidato, ser dispensado de matrícula em disciplinas já estudadas, desde que o tenham sido com a mesma profundidade.

Não prevê o Regimento da Faculdade de Medicina de Jundiaí o caso em pauta.

Nessa oportunidade, não vemos como acolher a pretensão dos interessados, eis que, não há dispositivo legal, de qualquer natureza, que a ampare.

Seria uma interpretação do princípio de aproveitamento de estudos, bastante elástica, com evidentes repercussões na vida acadêmica.

CONCLUSÃO: Na ausência de dispositivo regimental que o ampare, nega-se o atendimento ao pedido de Walter Cóser, Eliana Maria Sanches Cibantos e Jayle Amaral de Módena, portadores de diplomas de curso superior, no sentido de poderem matricular-se no curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Jundiaí, em ano que não o primeiro. São Paulo, 3 de abril de 1974 a) Cons. Moacyr E. M. Vaz Guimarães - Relator

Os Srs. Conselheiros Alpínolo Lopes Casali e Maria de Lourdes Mariotto Haidar subscreveram o presente Voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO

PROCESSO CEE N° 428/74

HISTÓRICO: O Sr. Presidente da Congregação da Faculdade de Medicina de Jundiaí encaminha consulta a este Conselho sobre a pretensão de portadores de diploma de curso superior ingressarem em ano que não o 1° daquela Escola - curso médico - sem exames vestibulares, no caso de existência de vagas. Os interessados são:- Walter Cóser, cirurgião-dentista pela Faculdade de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Eliana Maria Sanches Cibantes e Jayle Amaral de Módena, formados pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP.

O Sr. Walter Cóser solicitou inicialmente matrícula no 3° ano médico da Faculdade de Medicina de Jundiaí, citando a seu benefício caso idêntico deferido pela Faculdade de Medicina de Sorocaba, após consulta aos órgãos federais. Posteriormente, solicitou o mesmo matrícula para qualquer outro ano do mesmo curso.

Pronunciou-se sobre a matéria, por solicitação do mesmo, o assessor jurídico da Faculdade de Medicina de Jundiaí, que concluiu pela concessão de matrícula, nos termos do ofício n° 405/70, do CFE, exarado a favor da Faculdade de Medicina de Sorocaba: "em regime especial organizado pela Faculdade, que utilizará de critérios flexíveis de aproveitamento das matérias cursadas com mesma intensidade de estudos, devendo o candidato complementar as demais disciplinas do currículo mínimo estatuído para os cursos de Medicina". Concluiu ainda que à Congregação da Faculdade caberia decidir sobre o ano em que a matrícula poderia ser efetuada e, se necessário, feita a seleção dos candidatos. Também se pronunciou sobre a matéria o Sr. Diretor Geral do DAU, cujos termos são concordes com o parecer do assessor jurídico da Faculdade.

FUNDAMENTAÇÃO: Foi a matéria analisada pela douta Assessoria Técnica deste Conselho, nos termos da legislação vigente. Se, por um lado, a Lei de Diretrizes e Bases dispõe sobre a obrigatoriedade de concurso de habilitação para ingresso em curso superior, a Portaria Ministerial de 14/2/58, os Pareceres CFE n° 18/65 e CEE n° 247/69 e 108/70, bem como o Decreto-lei n° 405/68, em seu artigo 2°, entendem a possibilidade de matrícula em curso superior, sem exames vestibular, aos portadores de diploma de grau superior, condicionada à existência de vagas, podendo o candidato ser dispensado de matrícula em disciplinas já estudadas, desde que o tenham sido com a mesma profundidade.

Não prevê o Regimento da Faculdade de Medicina de Jundiaí

o caso em pauta, devendo, pois, ser o mesmo analisado com base em disposições superiores que regem a matéria, ou seja, é assegurado aos possuidores de diplomas de curso superior, o direito de matrícula em outros cursos de graduação, independentemente de exames vestibulares, desde que resultem vagas após o aproveitamento dos habilitados no vestibular. Os casos de número de pedidos superiores ao número de vagas bem como a matrícula em ano que não do 1º do curso, deverão ser resolvidos pelos órgãos superiores da Faculdade, que dirão sobre a seleção e adaptações curriculares necessárias.

CONCLUSÃO: Com base nos termos da legislação que rege a matéria, pronuncio-me favoravelmente à concessão de matrícula no curso médico da Faculdade de Medicina de Jundiaí aos portadores de diplomas de curso superior, sem exames vestibulares (no caso, os interessados Walter Cóser, Eliana Maria Sanches Cibantos e Jayle Amaral de Modena), condicionada à existência de vagas e às adaptações curriculares necessárias.

a) Cons. Luiz Ferreira Martins

(esta Declaração foi subscrita pelos Conselheiros
Oswaldo A. Bandeira de Mello e Rivadávia Marques Jr.)

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR

PROCESSO CEE-Nº 428/74

Pedi vista do Processo CEE-nº 428/74 não porque estivesse discordando da conclusão do Parecer do nobre relator e sim por me parecer que seja qual for a deliberação deste Plenário, favorável ou contrária, ela envolveria matéria que está a exigir mais amplo estudo para o fim de se baixarem normas que a regulem devidamente no âmbito do Sistema de São Paulo e acatelem a manutenção da boa qualidade do ensino contra possíveis abusos e distorções de uma franquia com amparo nas leis vigentes.

O Processo vem substancialmente informado tanto pelo serviço de jurisprudência, do Conselho Federal de Educação como pela Assessoria técnica deste Egrégio Colegiado, sendo de louvar-se a informação elaborada pela assessora Maria Fernandes Ribeiro.

O exame do Processo me permite observar o seguinte:

Três são as situações escolares que são referidas na instrução do Processo, as quais devem ser consideradas separadamente.

1 - Matrícula na 1 série de curso superior de candidatos já graduados em curso universitário, com dispensa de exame vestibular.

Ou dispensa de exame vestibular concedida a candidatos que já tenham concluído curso superior.

A matéria em causa foi considerada e regulada pelo Parecer nº 18/65 do C.F.E., parecer da lavra do nobre Conselheiro Dr. Candido Padim. A matrícula só podia ser concedida a tais candidatos se ainda houvesse vagas depois de realizados dois exames vestibulares consecutivos. Além do parecer citado trataram do assunto os Pareceres ns. 926/65, 398/68 e 401/68.

2 - Matrícula na 1ª série de curso superior com dispensa do vestibular e também das matérias em que o candidato já tenha sido aprovado no curso superior por ele realizado.

3 - Matrícula em série de curso superior, que não a primeira, com dispensa das matérias já estudadas no curso realizado pelo candidato. O segundo caso enquadra-se, em parte no primeiro, e em parte no terceiro.

Trataram do terceiro caso os seguintes pareceres 307/66, 124/66, 68/68, 778/68, 387/68, 401/68, 747/68, 449/69 e 640/69. A decisão do Conselho Federal de Educação foi sempre favorável à matrícula com base na doutrina do aproveitamento de estudos e no sistema de créditos, desde que fossem atendidas determinadas exigências.

Merece especial menção o Parecer nº 449/69, do nobre Conselheiro Celso Kelly, que depois de examinar o caso da requerente, mostrou que, em lugar de ficar resolvendo caso seria mais aconselhável formular normas que permitissem um tratamento mais geral, propondo ele mesmo na conclusão do seu voto normas que foram aceitas pela Câmara de Legislação e Normas, para serem submetidas a S. Exa. o Ministro da Educação e Cultura.

O assunto, como se pode ver de vários pareceres, evoluiu de simples matrícula com dispensa de vestibular para a equivalência de cursos com dispensa de matérias já estudadas no curso de procedência dos candidatos (Pareceres 307/66, 440/69 e 640/69).

O ilustre relator do Parecer nº 440/69 ao considerar a aplicação da regalia prevista no artigo 1º do Parecer nº 307/66 diz o seguinte "A jurisprudência que se vem formando em torno da matéria assinala o alargamento da medida condicionando sempre o benefício a verificação de três requisitos básicos: a identidade de estudos, a igual intensidade desses estudos, a conexão das profissões.

Observe-se a referência feita ao alargamento progressivo da medida. É uma advertência.

Acresce ainda o seguinte que se pode verificar da leitura dos pareceres citados: a adoção da regalia de dispensa tanto de matrícula sem vestibular, como de matérias já cursadas fica a critério do estabelecimento de ensino desde que o faça constar do seu regimento. Isso vale dizer que tanto o candidato como a escola devem se achar em condições de aplicar o benefício da regalia concedida.

Em fase destas considerações entendo, s.m.j., que seria de conveniência que, sem prejuízo de pronunciamento sobre o caso em pauta, o assunto voltasse à douta Câmara do Ensino do Terceiro Grau para que sejam formuladas normas que regulem e acautelem a aplicação da medida nos estabelecimentos do Sistema de São Paulo.

São Paulo, 8 de maio de 1974.

a) Cons. José Borges dos Santos Júnior - Autor